

Transferência de Cidade

Mudanças devem favorecer o trabalhador e sua família

A ECT ultimamente vem assediando os trabalhadores do interior no tocante a transferência entre cidades. Aonde muito dos chefes tentam de toda forma e de caso pensado, ultimam o Ecetista a concordar com a mudança de cidade para o desenvolvimento do trabalho. Há muito tempo venho orientando os trabalhadores do interior de que a transferência para se tornar correta e concreta, necessita da concordância expressa do Ecetista, e sem a qual não poderá se efetivar. Ou seja, a transferência de domicílio só se torna legítima quando o funcionário aceitar mudar de cidade, transferindo-se, mudando com sua família para outra região.

Portanto, caro Ecetista que venha passando por tais situações,



oriento-lhe a não assinar qualquer documento sem que o Sindicato tome ciência e possa lhe prestar a devida assessoria. A transferência só se torna sadia quando a mudança no domicílio não traga ao trabalhador, dores de cabeça e situações de estresse, pois do contrário, não vejo como saudável a transferência forçada e a bel prazer da empresa.

Por fim, reitero, lembrando um dos princípios basilares do Direito do Trabalho é de que o risco do negócio é da empresa e como tal, ela, a empresa, cabe gerenciar e administrar corretamente a alocação de seus funcionários.

Postal Saúde

Companheiros(as), a luta não acabou quando o assunto é Plano de Saúde.

Agora, com a assinatura do Acordo 2015/2016, após a assinatura do acordo coletivo dentro de 30 dias será instituída a comissão paritária para que este assunto seja também prioridade em nossas lutas.

Desde já eu como militante desta área de saúde defendo os trabalhadores há muitos anos, e com o apoio da nossa diretoria executivo na pessoa do presidente João Ricardo Guedes, venho solicitar que a nossa comissão se prepare o melhor possível para este assunto que é o "X" da questão. É público e notório que não existe um encontro Nacional de



Saúde dos trabalhadores a muitos anos. E quem perde com isto é o trabalhador.

Cabe à comissão, sim, estudar e entrar firme na discussão, porque tudo será decidido em assembleia onde os trabalhadores serão ouvidos.

A ECT a muito tempo tem o desejo de modificar esta cláusula de assistência médica/odontológica. Mas a comissão dos representantes dos trabalhadores deve ouvir e discutir com os Sindicatos a situação atual para termos subsídios nas discussões com a ECT. Vamos à luta porque o Plano Correio Saúde foi conquistado e não dado como a ECT prega em seus bastidores.

Exames Periódicos

Há muito tempo, o Sintect/JFa vem denunciando o mau funcionamento dos planos periódicos, tanto na qualidade das clínicas quanto à sua grade de exames que não contempla os chamados exames complementares. Então, nos perguntamos: como pode a ECT não colocar exames específicos para vários setores de trabalho sabendo que com certeza no futuro os mesmos trabalhadores e trabalhadores serão prejudicados na sua saúde? Será que ninguém consegue ter uma visão holística e preventiva das necessidades da classe para o assunto saúde? Estas situações são observadas por nós sindicalistas que lidamos com estas questões diariamente.

Vários trabalhadores estão sendo profundamente prejudicados. Recebemos denúncias dos trabalhadores da GCAC com problemas na voz, sendo que o exame específico não está na grade. A

grande questão é: onde está a responsabilidade dos Correios? As mudanças ocorridas nos exames periódicos foi por intermédio do Sindicato após diversas denúncias dos trabalhadores onde o Sintect/JFa está visando em primeiro lugar a saúde dos trabalhadores.

Nós, ao contrário, observamos atrozmente a retirada de exames como o ginecológico para as trabalhadoras da GCAC, entre outros.

Atenção trabalhadores da base, não façam seu periódico apenas para seguir a NR7 cumprir, mas faça para em primeiro lugar verificar sua saúde, as condições de trabalho em que se encontra. Caso note qualquer situação de anormalidade no periódico não deixe de ligar para o seu Sindicato. Estamos sempre prontos para ajudá-los.



Com Sandro Alves Tavares, Assessor Jurídico do Sintect/JFa

Divagação Jurídica da Ação de Reintegração ao Emprego

O sindicato profissional defende a categoria e tem distribuído ações objetivando a reintegração de trabalhadores, inclusive, aqueles ainda no contrato de experiência. E como tal, em três situações conquistou em sentença a reintegração dos trabalhadores. Entretanto, sob a opção da empresa em reintegrar o trabalhador ou não, porém, nos casos de não reintegrar o trabalhador, arcar com o pagamento de toda remuneração até a data atual e definitiva desta reintegração. Portanto, a Justiça deixa ao livre arbítrio empresarial reintegrar logo o trabalhador.

Caro Ecetista me permita fazer então uma divagação a respeito destes casos. A ECT é uma empresa pública. E como tal, o dinheiro dela advém e é revertido à população que paga altas somas de impostos. A ECT nos casos destas reintegrações toma a decisão jurídica de não reintegrarem os trabalhadores, mesmo com a jurisprudência da Turma Recursal de Juiz de Fora convergindo para a reintegração definitiva destes trabalhadores. Assim, um processo deste dura em média cerca de quatro anos. É de conhecimento de todos que faltam na empresa carteiros, atendentes, OTTs, enfim... e com isto, a ECT prefere deixar o trabalhador em casa, sem trabalhar, recebendo toda a remuneração, inclusive o ticket alimentação. Isto, por todos os anos que o processo perdurar.

É isto mesmo Ecetistas, façam as contas... divago, se um trabalhador com o ticket receber no início da carreira cerca de dois mil reais (conta por baixo) x a média de duração de um processo destes, eis que a ECT recorre até Brasília junto ao TST, cerca de 4 anos x dois mil reais, chegamos a uma conta aproximada de noventa e seis mil, com juros e correções, vamos arredondar para cem mil... pagos com o dinheiro público, sem que o Ecetista esteja trabalhando. Não por culpa do trabalhador, que deseja na verdade trabalhar e receber logo o salário. Mas por que isto? Qual o intuito em não reintegrar logo e economizar para a empresa? De onde vem a orientação para não se reintegrar?

Caro Ecetista, entendo que a decisão de quem venha se trata de irresponsabilidade com o dinheiro público e como tal deve indenizar a empresa e os cofres públicos pelos atos.



Fundado em 21 de novembro de 1988

Filiado a FENTECT CUT

Atenção Carteiros

O Sintect/JFa foi procurado por trabalhadores informando que a distribuição passou a ser matutina e o carteiro convencional sendo obrigado novamente a sair para entrega na parte da tarde. Segundo o repasse de informações, o motivo seria a falta de trabalhadores nas unidades e até mesmo devido a atrasos constantes da carga.

O Sintect/JFa considera que esse pedido de uma segunda saída não se justifica porque a parte da tarde é reservada aos trabalhos internos. Não se deixem ser cooptados por pretextos de que se não saírem para esta entrega a empresa perde o prazo. Isto se chama incompetência e exploração. Portanto, não sejam coniventes com a má gestão, denuncie o fato ao Sindicato caso ainda continue esta situação. Outra denúncia grave que recebemos é que os carteiros estão sendo orientados a colocarem notas duvidosas nos objetos qualificados quando não conseguem realizarem as entregas. Agora inventaram mais uma sigla para justificar tal situação, que é logradouro irregular. É isto está trazendo constrangimento para os carteiros que estão a cometer esta falta grave, pois quando o cliente verifica o objeto questiona o porquê daquela nota, haja vista o logradouro estar correto.

Fica aqui a orientação do Sintect/JFa para que os trabalhadores não aceitem mais esse absurdo. Não pratiquem nada sem ter algo que possam respaldá-los.

Notícias Sindicais

AGOSTO de 2015

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

www.sintectjfa.org.br

Ditadura nas REVENS 05, 06 e 07

O Sintect/JFa vem recebendo de alguns trabalhadores denúncias quanto a certos procedimentos ditatoriais que vem ocorrendo por parte do corpo gerencial de todas as Revens. As acusações são no sentido de obrigar trabalhadores a transferirem-se contrários à suas vontades. Além das ameaças terroristas recebidas, gestores também ameaçam com dedos em ristes, caso o trabalhador contrarie seus propósitos.

Deixamos claro que somos extremamente contrários a esta forma arbitrária e ditatorial de

abordagens junto aos trabalhadores. Trabalhador algum tem culpa da péssima administração que hoje impera no âmbito da empresa. Através de carta a assessoria de relações sindicais, exigimos que fosse apurado mais esse tipo de ataque contra o trabalhador.

Continuem denunciando esses gestores, aliás, malfeteiros, que além de não saberem gerir, também não sabem lhe dar com o ser humano. O Sintect/JFa sempre estará ao lado de você trabalhador e trabalhadora.



Neste ano as discussões que envolveram nossa data base "ganhou" um reforço de peso. A ADCAP (Associação de Nível Técnico e Superior da Empresa). Informados com supostas perdas salariais e de poder esta Associação conseguiu espaço junto a FINDECT (federação que agrega os dois maiores sindicatos do país, Rio e São Paulo), e consequentemente tiveram um papel importante nesta greve, praticamente obrigando estes sindicatos a entrarem na greve.

O interessante é que nenhum ADCAPiano teve a coragem de se mostrar, pelo menos não temos nenhum conhecimento. Agora façamos um paradoxo diante dos fatos, nos anos de 2007 e 2008, por conta do projeto de periculosidade para os carteiros, os mesmos tiveram que enfrentar três greves em menos de um ano para conseguir não a periculosidade, mas sim o AADC (adicional de atividades de distribuição de cartas), que

por conseguinte de carona foi criado também adicionais para atendentes e Ott's.

Revoltados nossos "queridos" ADCAPianos caíram de pau pedindo punições exemplares para todos os que fizeram greve na época. Alegavam que estes adicionais mais as greves constantes iriam quebrar a empresa. Vestiram-se de preto e deram um abraço simbólico no prédio central em Brasília como protesto pela conquista dos carteiros.

E este ano na maior cara de pau usou principalmente os sindicatos da FINDECT para atingir seus obscuros intentos.

Mais uma vez a ADCAP fica a ver navios, porque nem a empresa e muito menos o TST se sensibilizaram com as suas demandas, principalmente na parte econômica, pois queriam que o reajuste fosse em percentual.

EXPEDIENTE:

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@ig.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Índio) - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Jornalista Colaborador: Madson Verissimmo.
Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1.000 Exemplares.



Projeto Disponibilidade

Enfim a novela do projeto disponibilidade chega ao fim.

Em uma conversa informal na mesa de negociação com a Dra. Josiane Sant'Ana Murari, à época, chefe da Desau, a mesma declarou que depois de analisar o projeto, não teve dúvidas para indeferir sua continuidade. Alegou que este projeto não traz nenhum benefício à saúde do trabalhador. Segundo ela, a DR/MG foi comunicada para que todo o procedimento de cessação do projeto fosse finalizado.

O que nos deixa estarelecido é que em momento algum, este Sindicato foi comunicado pelo fim do projeto. Embora o posicionamento do Sindicato fosse neutro. Assim queríamos apenas um parecer da área médica da empresa, pois na leitura dos trabalhadores o Sintect/JFa estaria contrário a um projeto que era "benéfico" para aqueles que se dispuseram a fazer parte dele.

Portanto exigimos da Desau, a cópia deste parecer para que possamos apresentar a todos os trabalhadores desta unidade para colocar um ponto final em uma situação que trouxe grande desgaste para todos.



Uma aberração chamada SNT

Trabalhadores relataram a este Sindicato que estão sendo desprezados no processo de transferência do sistema nacional de transferências. Há tempos, o Sintect/JFa vem denunciando o privilégio que alguns trabalhadores estão recebendo e consequentemente furando a fila no sistema.

O Sintect/JFa vai exigir um levantamento rigoroso no sentido de apurarmos se houve privilégios ou não. É inadmissível haver esse tipo de "corrupção", onde trabalhadores estão a mais de 11 anos esperando voltar para seu domicílio por acreditar em um sistema praticamente falido, enquanto outros que entraram no último concurso e estavam fora de seus domicílios, já estão de volta às suas cidades de origem.

O jurídico do deste Sindicato já foi acionado e está pronto para tomar as providências cabíveis no sentido de moralizar através da justiça se preciso for. Esta ferramenta aplicada de forma correta vai beneficiar inúmeros trabalhadores.

Gravação como meio de prova

Conceição – Assistente Jurídica



Atualmente, devido a dificuldade do trabalhador em comprovar o assédio moral no ambiente de trabalho, bem como o dano moral, a Justiça do Trabalho vem permitindo a utilização de gravação com celulares sem o conhecimento da outra parte como meio importante de prova.

A fim de resguardar os direitos do trabalhador, e comprovar a veracidade dos fatos, é importante lembrar que sempre que o Eceletista passar por situações constrangedoras e puder ter ao alcance o meio de prova, deve ser fazer uso dela, para que não mais a empresa através da sua chefia utilize de formas arbitrárias para constranger o trabalhador no ambiente de trabalho.

Friso que o trabalho deva ser saudável e apto ao desenvolvimento das funções e atividades, mais que, muita das vezes se tornam uma irradiação de atos ilícitos, levando o Eceletista a doenças e a um convívio nada salutar para exercer como deveria o seu mister diário.

Espaço cultural dos Correios em Juiz de Fora recebe exposição multimídia



Com o objetivo de oferecer ao público uma experiência artística e sensorial, o Espaço Cultural Correios - Juiz de Fora recebe a mostra "O que queremos para o mundo?".

A exposição pode ser visitada até dia 7 de novembro, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h; e aos sábados das 10h às 14h. A entrada é gratuita. O endereço é rua Marechal Deodoro, nº 470, Centro. Informações: (32) 3690-5715.

Categoria desunida em momento de luta

Por Reginaldo de Freitas, Diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

"Mais uma campanha salarial sem a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras"

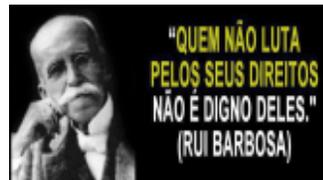
O Movimento sindical não está conseguindo dialogar com a base, preferem as disputas em nosso meio, enfraquecendo a nossa capacidade de mobilização.

Com isso, ganha a empresa que fica em uma situação de conforto deixando a disputa infantil por conta das "lideranças" sindicais, enquanto avança na retirada de direitos.

Na verdade, a disputa que se faz atende tão somente as vaidades de cada "liderança" que disputam entre si uma hegemonia despropositada no que tange aos interesses da categoria. Esquecendo-se que a nossa luta deve ter, sem dúvida alguma, um foco comum.

Vemos os grupamentos bailando, sem firmeza nas posições, receando enfrentar a realidade e levando a categoria a um radicalismo birrento.

Assim o PSTU afirma ser de esquerda, mas sempre é surpreendido nas fileiras da direita, meio que camuflado defendendo o neoliberalismo (não é só na ECT não, viu?). O comportamento da INTERSINDICAL não é diferente. Ficou claro neste ACT 2015/2016 quando ambos PSTU e INTER acompanhados pelos dissidentes do PCO, hoje LPS mas ainda radicais, fecharam com a "FINDECT" e os técnicos Adcapianos defendendo um percentual menor para a base, assistido pela maioria do MRL que pula sempre para o "outro lado". Somente o grupo ARTSIND busca soluções e por isso são agredidos por esta iniciativa. Outrossim, registramos que é o grupo que realmente tem unidade e coragem de fazer o debate com a categoria de maneira franca e transparente. Nossa liderança, o secretário geral da FENTECT esta de parabéns pela coragem e a responsabilidade na condução desta campanha.



Pra onde foi o dinheiro da PLR?

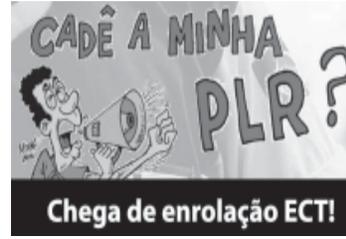
Alan Marques - Diretor de Finaças

A empresa divulgou no seu balanço de 2014 um lucro de 9,9 milhões de reais. Caso tal valor fosse dividido conforme o acordo de PLR firmado no ano passado para os trabalhadores dos Correios, daria algo em torno de R\$ 17,00 para cada trabalhador. Um valor irrisório e que com certeza não deixaria nenhum trabalhador satisfeito. Mas passou o mês de maio e outros meses se passaram e a empresa não se manifestou a respeito, simplesmente ignorando os trabalhadores. Agora, a grande questão: pra onde foi o dinheiro da empresa já que as encomendas e serviços não param de chegar?

No ano de 2014, a ECT gastou R\$ 183.230.138,92 milhões com propagandas veiculadas em rádios, TV's, revistas, jornais e etc. Isto mesmo, mais de cento e oitenta e três milhões de reais. A empresa também gastou R\$ 15,5 milhões em patrocínio cultural como: artes cênicas, artes visuais entre outras.

Patrocínios

Os patrocínios com esportes também são uma constante na empresa. A mesma patrocina: tênis, handebol, natação, saltos ornamentais, maratona aquática, nado sincronizado e pólo aquático. E não foi diferente em 2014. A Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) recebeu R\$ 158 milhões em



Não conseguimos apurar o valor gasto com o handebol, e ainda foi divulgada pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e pelo Ministério das Comunicações uma verba de R\$ 300 milhões para as Olimpíadas que ocorrerão no Brasil em 2016.

A diretoria do SINTECT/JFA não é contra patrocínios e propagandas. Entendemos que uma

empresa para ser forte e competitiva tem que expor sua marca e seus produtos, porém, antes de tudo, é preciso valorizar seus funcionários, principalmente os trabalhadores da base. Essa força laboral vista por vezes como o "chão da empresa" carrega o nome "Correios" em seus uniformes onde quer que estejam. Para tanto, não justifica uma empresa gastar milhões em patrocínios e propagandas em um ano sem ao menos dar uma satisfação sobre a PLR para seus funcionários.

Além de chegar na data base a direção da ECT vem com a mesma conversa que passa por um momento difícil e que nós trabalhadores que ganhamos R\$ 1.134,35 temos que compreender a empresa. Enquanto o seu presidente recebe R\$ 44.502,64 e um vice-presidente recebe R\$ 38.697,95. Sem contar a "farrá do boi" que é o pagamento de ITF's (Incorporação por Tempo de Função) para gestores em todo Brasil, os quais além da ITF recebem gratificações de altos valores.

Nós trabalhadores queremos a valorização do nosso trabalho, com um salário bom, melhores condições de trabalho e não aceitamos retiradas de direitos duramente conquistados.

E por isso, vamos à luta!!!

Caixa

Não conseguimos apurar o valor gasto com o handebol, e ainda foi divulgada pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e pelo Ministério das Comunicações uma verba de R\$ 300 milhões para as Olimpíadas que ocorrerão no Brasil em 2016.

A diretoria do SINTECT/JFA não é contra patrocínios e propagandas. Entendemos que uma

O fantasma do FMI

Jorge Luiz dos Santos - Secretário CTCE/JFA

Economia brasileira preocupa o trabalhador



Apesar de não ser um país de terceiro mundo, o governo negro não manteve controle dos seus gastos e se tornou mais uma vítima do "modus operandi" do Fundo Monetário Internacional (FMI). Efeetu empréstimos pesados, os gastos públicos foram às alturas, os cofres da União foram esvaziados e a Receita foi afetada pela evasão de impostos deixando a economia refém da crescente dívida externa. O país estava totalmente vulnerável quando o mundo foi afetado pela crise de 2008. Com isso, os investidores ficaram relutantes em emprestar mais dinheiro ao governo negro.

Foi o que exatamente ocorreu no Brasil em décadas passadas: entre os anos 70 e ano 2.000, o país sofria com o FMI, estávamos à beira do naufrágio. Situação semelhante à que ocorre atualmente na Grécia. Nesta época, a humilhação que o Brasil passava frente ao FMI era tamanha

que se dizia que "não era o cachorro que balançava o rabo, mas sim o rabo que balançava o cachorro".

Sofremos um estrangulamento na política econômica, fomos vítimas do "socorro do FMI", o que nos custou muito caro. A geração de hoje desconhece o sofrimento que havia na época com relação a desemprego, inflação, falta de moradia, altas taxas de aluguel e etc.

A dívida externa brasileira passava dos 200 bilhões de dólares e a interna chegava a 400 bilhões de reais. A população brasileira ficou nas mãos dos credores internacionais, uma situação humilhante e inimaginável.

Os países ricos (EUA, França, Alemanha e etc.) disputavam entre si para nos emprestar dinheiro, ao ponto de ficarmos impiedosamente em suas mãos. Não havia clemência: éramos verdadeiros escravos do FMI.

O Governo FHC tinha medo de enfrentar o FMI, não buscava alternativas, o que aprofundava a crise, pois éramos obrigados a comprar a crédito, produtos e serviços. O FMI, o Governo Clinton e os banqueiros internacionais faziam do Brasil, um verdadeiro trapo em suas mãos, uma espécie de disputa entre "gato e rato". Atualmente, o Brasil está a mais de 12 anos sem recorrer aos empréstimos do FMI, situação bem

diferente do período FHC e governos anteriores. Foram 30 anos se ajoelhando aos pés do FMI. O povo brasileiro não quer mais este fantasma nos assustando, tal qual hoje assusta a Grécia. Muita coisa mudou: as nossas reservas estão em torno de US\$ 379,4 bilhões de dólares (dados da Agência PT de notícias), a classe C consegue hoje ter acesso a coisas que antes nem imaginava ter.

Porém, com a crise econômica que se instalou, que mesmo forte nem de longe se assemelha ao que ocorria no passado, a direita brasileira tenta de modo desleal conseguir um "terceiro turno" eleitoral, uma vez que não aceita a derrota nas urnas. Assim, podemos verificar que a atual crise é político-econômica, com ares de golpismo, ainda que decisões político-econômicas do atual governo também tenham contribuído para tanto.

Expectativas

Cabe ao governo melhorar suas estratégias de governo e comunicação, e de aproximação com a classe trabalhadora, atendendo aos seus anseios, uma vez que ela sempre foi a base de sustentação do governo nos últimos doze anos.

Fonte: Agência PT de notícias Disponível em: <http://www.pt.org.br/fmi-o-fantasma-do-passado-que-nao-assombra-o-brasil-ha-12-anos>.